

Lições e heranças

* 9 MAI 1993

TASSO JEREISSATI

O fracasso dos chamados planos heterodoxos, que envolveram crescentemente grandes doses de intervenção do Governo na economia, deixou-nos pelo menos duas heranças: a certeza de que congelamentos de preços não funcionam e a necessidade de um reordenamento financeiro do setor público, a chamada reforma fiscal, como pressuposto para a retomada do crescimento econômico.

Hoje, já não há mais dúvidas quanto a estes dois pontos. Infelizmente, entretanto, esta convergência de idéias sobre o que fazer e o que não fazer na política de estabilização não foi suficiente para gerar um programa capaz de reduzir a inflação de forma duradoura.

A substituição da ênfase no controle de preços pelo ajuste fiscal teve como consequência uma diminuição dos freqüentes aumentos abusivos de preços sempre que se suspeitava de uma nova intervenção por parte do Governo na economia — as conhecidas remarcações preventivas. Essa mudança de atitude explica em parte a relativa estabilidade da inflação em um patamar superior a 25%. Taxa escandalosamente alta para ser mantida sem sobressaltos.

Isto não significa que, frente à

expectativa de a inflação ultrapassar a casa dos 30%, se deva, na falta de coisa melhor, apelar novamente para o controle de preços. Talvez seja mais importante olhar para a outra herança deixada pelos fracassos anteriores: a importância de um regime fiscal saudável. Isto significa tirar da cabeça da população a idéia de que o Governo nunca será capaz de administrar seus recursos de maneira eficiente e honesta e com o orçamento equilibrado. Sem isto, será impossível recuperar a credibilidade do crédito público e, em consequência, a moeda nacional.

Desde a substituição da ministra Zélia Cardoso de Mello, os ministros da área econômica conduzem suas administrações baseados na política do não. O pânico de um novo congelamento ou de confiscos, tentativas fracassadas, obrigou-os a esta laidinha: "Não vai haver choque, não vai haver congelamento e não vai haver confisco." Isto é compreensível, tamanho o arbítrio da era Collor-Zélia. Mas esta política do nada também não nos levará ao caminho da estabilização e do desenvolvimento.

A unanimidade quanto à necessidade de uma reforma fiscal profunda não gerou uma ação efetiva na área. Passamos todo o ano de 92 na expectativa da redentora reforma fiscal. Ao final, veio um ajuste que não passa de um remendo e que traz distorções como o IPMF. A mu-

dança de governo não inverteu este quadro. A preocupação com o equilíbrio fiscal continua apenas no discurso.

O noticiário econômico está permanentemente recheado de sugestões para lidar com a crise fiscal. Muitas delas, positivas como o sempre presente ajuste nas contas públicas e a privatização. Outras negativas, como a teimosa e equivocada proposição de intervenção no mercado financeiro para provocar um alongamento do perfil da dívida pública.

Esta última sugestão, além de não levar a uma queda da inflação, traz mais males do que benefícios. Isto porque, se a inflação brasileira é uma consequência do descrédito na moeda e nos títulos públicos, o Governo deve procurar recuperar sua credibilidade trazendo de volta a confiança de que honrará seus compromissos. E não o contrário.

O Governo ainda tem a opção de iniciar uma mudança radical na política fiscal, eliminando a idéia de que o déficit público é inexorável. De nada adianta constar nos programas de governos metas de equilíbrio nem propostas de Banco Central independente e não se observar no dia-a-dia uma nova forma de gerir recursos públicos.

Tasso Jereissati é presidente do PSDB.